



Os Filhos da Cidade: Considerações sobre um fenômeno inquietante e suas implicações para a existência de um espaço público democrático e plural.

**Arno Vogel
(UENF)**

**Marco Antonio da Silva Mello
(UFF e UFRJ)**

Os anos 80 do século passado surgem, no campo das políticas sociais brasileiras para a infância e adolescência, como um tempo marcado pelo empreendimento de grandes transformações, das quais se esperava que correspondessem a uma verdadeira mutação social. Nesse contexto, marcado pelos avanços da *abertura democrática* e do *movimento social* em busca da cidadania perdida (ou nunca encontrada), impunha-se, no entanto, uma constatação inquietante: nas grandes e médias cidades brasileiras, milhares de crianças e adolescentes faziam das praças e ruas o campo eletivo de sua luta pela sobrevivência. Com base em uma etnografia, realizada, no final dessa década¹,

¹ Pesquisa desenvolvida em Goiânia/GO, no âmbito do Projeto *Identificação das Características da Dinâmica das Famílias dos Menores de Rua e do Sub-Emprego assistidos pela Fundação de Promoção Social de Goiás*, realizado pela FLACSO Sede Acadêmica Brasil, em 1990, para o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF. Os resultados desta pesquisa foram publicados sob o título “Da Casa à Rua: A cidade como fascínio e descaminho”, no livro *O Trabalho e a Rua: Crianças e Adolescentes no Brasil Urbano dos Anos 80* (Fausto, A. & Cervini, R., orgs., São Paulo: Editora Cortez, 1991)

numa região metropolitana do País, pretendemos analisar aqui esse tipo de presença conspícua de meninos e meninas, em nosso ambiente urbano.

Neste sentido, serão considerados, criticamente, as motivações, formas, dinâmicas e princípios, que regem a vida nas ruas e discutidas as suas implicações para a compreensão do espaço público, como objeto de estudo, campo empírico das relações sociais e dimensão estratégica da cidadania, cenário de confrontos e conflitos, mas também de negociações, acordos (tácitos ou explícitos), etiquetas, competências, saberes, problemas e prazeres, que fazem parte do patrimônio e da sina do cidadão, de ontem e de hoje.

* * *

“Ele diz que não ajuda a mãe! Mas dar todo o dinheiro para a mãe guardar até que se tenha o suficiente para comprar as roupas dele, o seu material escolar, o lanche na escola, não é ajudar?! Ele não percebe, mas aos 11 anos de idade trabalha para garantir parte de sua educação e sustento. Está ajudando a mãe sim, e bastante. [...] os filhos da classe menos favorecida *já nascem* adultos Evidentemente nascem é maneira de dizer, pois as crianças, filhas dessa classe (a menos esclarecida), já vêm ao mundo com a missão de cuidar de seu próprio sustento. Isso quando não se vêem obrigadas a cuidar também do sustento de toda a sua família (...)”.

“É absurdo saber que uma criança sustenta toda a família, vendendo picolés ou jornais, engraxando sapatos e assim por diante, mesmo antes de *curtir* a sua infância ou adolescência. [...] É absurdo porque a infância deveria ser uma obrigação de todas as *pessoas adultas* para com todas as crianças. No Brasil (e nos países subdesenvolvidos) isso não acontece. O ser nasce, é bebê desnutrido, menor abandonado, menor de rua, menor trabalhador, menor infrator... e assim vai”.

Estas considerações de uma entrevistadora delineiam um *drama* cuja recorrência, no cotidiano das cidades brasileiras, vem-lhe conquistando um lugar de destaque na problemática obrigatória da crítica, da legislação e da política social. Possuem, além disso, a virtude de aborda-lo com a indignação de quem traz em mente uma pauta de valores da qual a realidade parece zombar.

Para compreender o alcance do drama, convém, no entanto, explicitar de quais valores se trata. Na verdade estamos, no caso, diante de um *valor* fundamental expresso pela palavra *infância*. Uma infância concebida sociologicamente, isto é, não como simples recorte temporal no ciclo de vida de uma pessoa, mas como uma *relação*. Ou ainda, como a maneira pela qual se concebe, idealmente, um nexos inscrito na morfologia social, com as inevitáveis obrigações que o qualificam.

Dessa perspectiva, a infância surge como um direito das crianças, a quem deve ser adequadamente proporcionada pelas “pessoas adultas”, ou pelo mundo que estas representam. Quando as coisas acontecem dessa maneira, não há problema algum. O drama só ocorre quando uma criança se vê burlada nesse seu direito. Não ter infância é sempre ruim, pois equivale a uma deficiência grave no processo de construção sucessiva de um sistema de papéis. Tão grave que deu origem a um modo corriqueiro de explicar e/ou desculpar comportamentos inadequados ou bizarros, quando se diz “fulano não teve infância” (com o subentendido – por isso faz essas coisas).

O que corresponde a um adulto com atitudes de criança senão uma criança com responsabilidades de pessoas adultas? Em ambos os casos há um tipo de a-gramaticalidade. No primeiro, entretanto, sob a forma de uma dissonância momentânea do comportamento, ao passo que no segundo, se trata de uma condição mais ou menos permanente imposta a uma criança que acaba fazendo com que se choquem, no mesmo ator, a concepção de um papel com o desempenho de outro.

Da concepção do papel de criança faz parte um corolário sobre o modo de disposição do tempo dessa criança, quando este passa a destinar-se predominantemente ao trabalho, ou quando o tempo dedicado às atividades laborais começa a concorrer com os folgedos; quando o tempo passado no trabalho é maior que o passado em casa ou na escola, este fato é percebido como uma iniquidade que se comete contra a criança. A iniquidade consiste em priva-la do tempo de brincar e estudar, “curtindo” a sua infância. Para destina-lo a atividades pertencentes ao seu papel futuro, numa antecipação malsã da passagem para a vida adulta. Como as limitações inerentes ao seu papel de criança restringem ao máximo a sua capacidade de se opor eficazmente a esta antecipação, configura-se esse drama ao qual se dedica toda essa reflexão, articulada ou dispersa, que poderíamos chamar de *a teoria da infância traída*.

Essa *teoria* não se alimenta apenas dessa incongruência entre a ideologia e a prática de um papel. Extrai sua motivação básica do escândalo que constitui a extensão do paradoxo dessa identidade e, portanto, o agravamento insuportável de seus custos sociais. Insuportável não mais apenas para os seus atores, vítimas desse papel perverso, mas agora também, e cada vez mais, para a sociedade que o concebeu e que, perplexa, não sabe como desinventá-lo.

Sucedo, no entanto, que não se vê perspectiva de parar esse “moinho satânico”, pois para a maioria das crianças, em países como o Brasil, a hora de trabalhar vem soando antes mais cedo que mais tarde. Assim, embora a ideologia abrangente tenha idealizado certos lugares como a casa e a escola, para o cultivo de uma infância protegida e isenta de preocupações e responsabilidades, a teoria da infância na prática é outra.

Existir como criança implica, para extensas camadas da sociedade, abdicar da fruição desse papel em favor de uma antecipação drástica do ingresso no mundo do trabalho e, por intermédio dele, na esfera pública, assumindo todos os riscos inerentes às exposições prematuras. No caso das crianças, entretanto, não se trata apenas de trocar a fome pelo trabalho, como diriam os economistas clássicos da estirpe de Smith e Ricardo. Além da fome, troca-se também o tempo

livre e, com ele, as brincadeiras, o estar à-toa na vida com suas possibilidades de experimentação lúdica do mundo. Troca-se também a formação escolar, ou pelo menos a perspectiva de aproveitamento e sucesso na escola. E, na maioria dos casos, troca-se o recesso de casa e quintal, pelo espaço aberto da rua, onde se encontra o universo do trabalho.

Ao transitar de uma esfera para a outra, toma-se uma decisão crítica. Crítica para o sistema de papéis da família onde passa a existir uma criança que “já nasce” adulta. Não menos crítica para o protagonista desse papel paradoxal, obrigado a enfrentar desafios para os quais não parece ainda talhado, e, portanto, suportar um ônus muito além de suas capacidades. Mas crítica, sobretudo, para a família, pois para ela a hora de trabalhar que chega para alguns de seus filhos menores, será também a hora da verdade.

A saída para o trabalho altera de modo sensível a morfologia do grupo, interferindo, assim, na sua dinâmica. Com a saída para o trabalho o grupo familiar passa a oferecer, inevitavelmente, “uma superfície maior aos olhares dos outros, uma abertura maior à opinião”². Nesse momento, a família se vê posta em jogo como instituição, pois a evolução ulterior dos acontecimentos vai dizer qual a capacidade efetiva que tem de regular as suas relações com o mundo externo através de quem sai.

O momento da saída contém, como todas as passagens, um alto potencial de indeterminação. O ato de sair inaugura uma seqüência aberta, pois, como os dados empíricos não se cansam de repetir, o seu desfecho não pode ser previsto ao nível da singularidade de cada caso. De um modo geral, porém, duas alternativas podem ser prefiguradas para o desfecho. Na primeira, a saída é positivamente reciclada em favor da família, podendo significar a melhoria de suas condições financeiras, um investimento na formação dos filhos para uma inserção favorável na vida ativa, e resultar, finalmente, num incremento de sua coesão. Na segunda, um fato análogo tem um resultado oposto. A saída da criança para o trabalho se volta contra a família, resultando, no extremo, em perda, não só para o

² Halbwachs, Maurice. *A Memória Coletiva*, São Paulo: Editora Vértice, 1990 (pág. 126)

potencial gerador de renda, mas, ainda, para sua imagem pública, além de constituir um rude golpe em sua capacidade de reproduzir-se como unidade de agregação.

Nessa perspectiva, o *ato* que resulta dessa decisão, essa troca perversa que consiste em sair de casa para trabalhar, isto é, em deixar a infância antes de tê-la vivido e fruído, faz parte de uma *estrutura dramática*, que, além de seus agentes e co-agentes, tem um determinado tipo de cenário e algum tipo de significado ou propósito.

Dissemos estrutura; na verdade, porém, tudo isso faz parte de um *processo*. A indignação da entrevistadora o constata e repudia. Para compreendê-lo, no entanto, é preciso retrair as suas linhas de força.

Algumas trajetórias levantadas no campo podem servir-nos para ilustrar e discutir esse processo dramático a que se vê submetido o *menino de casa* e que pode levá-lo, com o tempo, a transformar-se num *menino trabalhador*, ou começar a metamorfose, ao término da qual estará convertido em *menino de rua*.

Começar cedo no trabalho significa ocupar o tempo e aprender algo – a vender, a coletar, a prestar determinados serviços, e, em alguns casos, talvez, um ofício. Mas significa, também, evitar as más companhias, e, com elas, o aprendizado “daquilo que não presta”. Passar os dias na rua, com os colegas e amigos, ainda que a propósito do trabalho, pode, no entanto, ter implicações bem menos construtivas. Nenhuma família ignora os riscos inerente à decisão crítica, que teve de tomar, indicar ou apoiar.

Mas o que é precisamente o que a família não ignora? São duas coisas. A primeira delas é que “podem fazer alguma maldade com as crianças”. E isto se refere, em geral, a atos que partem de outras crianças. Qual é a mãe que não teme que os filhos sejam assaltados e agredidos pelos “maloqueiros”? O segundo motivo de preocupação resulta de intuição clara e justificada, de que à função manifesta desse tipo de *maldade*, possa corresponder uma função bastante mais temível. Não é tanto do constrangimento físico que a família tem medo, mas da possibilidade de se constituir a partir dele algum tipo de relação positiva, isto é,

que os algozes do filho venham a transformar-se nas suas “más companhias”. O assalto pode, afinal, não passar de uma provocação, de uma forma de chamar para o seu campo quem está em outro. Assim, podemos compreender a insistência das mães quando conjuram os filhos a não reagir, a não retrucar, propondo-lhes, diante dos meninos-de-rua, uma atitude de evitação, que equivale à recusa de qualquer relacionamento, como se temessem a sempre possível transformação do conflito em cooperação. Diante dessa hipótese, a necessidade só se impõe como *ultima ratio*, pois todas as demais motivações positivas de trabalho ficam relativizadas pela magnitude do risco.

Do ponto de vista da casa, isto é, da lógica da família representada no discurso dos pais, o maior dos riscos, é o de que a criança venha a se *enturmar*. A vinculação com a “colegagem da rua” é o caminho que leva ao uso do tóxico e à realização de atividades ilícitas. A gravidade do problema, entretanto, não se reduz à prática de atos que a moralidade vigente, encarnada na família, reprova e reprime. *Enturmar-se* é grave porque implica na perda da ascendência do grupo doméstico sobre o menor. Ou para ser mais preciso, na substituição da ascendência da família, pela ascendência do *grupo de pares* que é a turma.

“Cada caso é um caso”³, mas nem tanto assim, pois embora cada uma das histórias narradas se diferencie uma de cada outra, não se deixa de perceber nesse conjunto um perfil dramático comum. Algo como um repertório definido de cenários, personagens, enredos e desempenhos, em virtude de cuja recorrência variada se revela, aos poucos, uma espécie de padrão.

³ Ao afirmar que “cada caso é um caso”, o que se faz é, antes de tudo, ressaltar a “intratável diversidade da experiência” e, com ela, a sua contraditória riqueza. Em segundo lugar, vemos que ela contém um alerta contra a reivindicação, por parte da *expertise*, de qualquer mandato especial para tratar do assunto. Contra a arrogância reducionista do intelectualismo, insiste no fato tão notório quanto esquecido, de que o mapa não é o mundo. Ademais, quem lida com programas de ação tem, na verdade, de resolver casos, tomando decisões que decorrem sempre da interpretação de conjuntos de variáveis muito mais complexamente articuladas do que seria possível prever na mais sofisticada simulação teórica. Finalmente, este lugar-comum traduz a percepção da singularidade dos casos, tal como estes são vivenciados na vida ativa.

A sua apreensão é caleidoscópica e compreende um conjunto de variações em torno de alguns temas básicos. Todos esse temas giram em torno do mesmo núcleo dramático: uma criança sai de casa para viver na rua. Depois de conhecer uma dezena de dramas desse tipo, poder-se-iam inventar outros tantos sem muito esforço. Bastaria combinar alguns dos temas e cada nova trama evocaria as antecedentes e ecoaria nas subseqüentes. Por isso, convém considerar esses temas, mostrando como se integram na retórica dos motivos aplicada aos meninos-de-rua.

Há um conjunto de temas que se refere à casa e ao intermédio dela, à família. O primeiro, é o tema da violência da qual é vítima a criança. Esta pode assumir diferentes formas. Em alguns casos, talvez na maioria, consiste numa variedade de constrangimentos físicos que vão desde o confinamento até o espancamento, abusos sexuais e, no extremo, a ameaça de morte, como ilustra o caso do menino que esqueceu de cuidar das codornas do pai, o qual, por isso, passou pelo pescoço do menino um alfange. Os protagonistas dessas cenas são pais e mães; em alguns casos, padrastos e madrastas, o que constitui um agravante na percepção das crianças. Não raro essa violência endêmica é levada ao limite, quando relacionada com o alcoolismo, com o desequilíbrio emocional e a “doença dos nervos”.

Tão problemática quanto a casa violenta, parece ser a casa vazia – outro tema recorrente da retórica dos motivos. A ausência continuada dos pais, ou de pessoas da geração ascendente que lhes façam as vezes, empobrece o grupo doméstico como instância de vida social. Em consequência, deixam de funcionar os dispositivos de controle. Junto com eles, desaparecem as atenções e cuidados, bem como os momentos de ritualização da unidade corporada do grupo.

Violenta ou vazia, muitas vezes a casa representa para as crianças uma perspectiva de servidão. Isto é particularmente notável no caso das meninas que, com freqüência, afirmam não terem tido infância por causa dos fardos dos afazeres domésticos aos quais tinham que dedicar-se, lavando, limpando, cozinhando e cuidando dos irmãos.

Esse quadro mostra bem a transformação da casa de um espaço onde a criança deveria encontrar abrigo, cuidado, orientação, ocasiões de sociabilidade e tempo livre para si mesma, num espaço de conflito, risco, solidão e servidão; onde ao invés de lhe ser dada, a infância lhe é tolhida.

Diante do fato incontornável de que alguns dos filhos (por vezes mais de um) trocou a casa pela rua, entretanto, a família tenta, em geral, eximir-se da responsabilidade, alegando seja a carência de recursos materiais, seja a influência das “más companhias” sobre os filhos. Como, no entanto, surge a oportunidade para que essas influências nefastas venham a se exercer? Há duas respostas para essa questão. A primeira invoca o *trabalho*, vendo nele a ocasião que propiciou ao menino (ou à menina) o encontro com a *turma*. A segunda resposta vê essa ocasião como fruto do estar *à-toa*.

Não existe, até o momento, uma etnografia sistemática desse *encontro*. Tudo que se sabe é que, em virtude dele, a criança que se encontrava na rua, a trabalho, ou *à-toa*, veio a ficar “de cabeça virada”, e “enturmar-se”. O tema da cabeça virada volta constantemente no discurso dos pais quando procuram explicar os motivos que levaram os filhos a preferir a rua. Diante dele, é difícil não pensar num processo de *conversão* ou incorporação iniciática, como sugerem as palavras de uma mãe afirmando que a filha “já estava de cabeça feita na rua”.

Dois sub-temas surgem ligados a essa conversão. O primeiro é o da “caixa roubada”. É, com pequenas variações, a história que se repete com tantos meninos que foram para a rua engraxar e não voltaram mais para casa. Todos eles mencionam um episódio crítico: os meninos-de-rua lhe roubaram a caixa. O segundo gira em torno da “cola” e do “esmalte” que são as “drogas” de mais ampla circulação no mundo da rua. Não é infundado supor que o ato de “cheirar cola” seja emblemático da condição do menino-de-rua, constituindo-se, talvez, em um dos mais importantes princípios de afiliação a esse tipo de grupo. No caso da “caixa roubada”, entretanto, a violência precede a sedução, como se servisse para abrir-lhe o caminho. Ou melhor, como se “o roubo da caixa” representasse o corte de uma amarra, o desgarramento do caminho para a casa. Ou ainda, como se

este ato oferecesse ao menino o motivo de que necessitava para tomar a decisão de não voltar. Talvez fosse oportuno acrescentar que o que acontece com a caixa de engraxate pode acontecer também com o cesto de cocadas ou a caixa de bombons do ambulante. Em todos esses episódios, o que parece estar em jogo é a contestação de um valor por uma ação. Ao privar o menino da possibilidade de executar a sua tarefa, questiona-se, de modo radical, o trabalho como valor associado com a reprodução do grupo doméstico, ou seja, a família.

De um modo ou de outro, o que transparece na temática do “enturmar-se” é a acusação dirigida pela família à criança de ter preferido à sua casa, uma sociabilidade espúria no mundo da rua – de ter trocado a família pela “turma”. Se, no entanto, existir um grão de verdade nessa alegação, cabe perguntar o que a turma proporciona a esse trãnsfuga, e que a família não pode proporcionar-lhe?

Para responder a essa pergunta, será necessário apresentar, em síntese, uma etnografia do cotidiano dos meninos-de-rua. Nos seus pontos essenciais este se confunde com a etnografia da turma, pois ela é o plano da organização social que mais contribui para tornar a vida na rua viável. Além disso, é através dela que essa vida alcança sua configuração peculiar, isto é, aquilo que permite distingui-la como forma de vida *sui generis*

A vida na rua se distingue, em primeiro lugar, por formas diferenciais de apropriação do espaço e alocação do tempo. O espaço, onde costuma desenrolar-se, é o centro da cidade. Este, porém, encontra-se dividido em territórios, cada qual estruturado a partir do epicentro de algum logradouro público, em geral, praça. Um território compreende toda uma rede de pontos da qual fazem parte os lugares preferenciais de atuação das turmas, além de toda uma série de trajetos, circuitos, rotas, atalhos, mediante os quais essa rede se integra. Aos mapas cognitivos da cidade, em particular de cada um dos seus recortes territoriais, cabe articular lugares de reunião, pontos de encontro, lugares de dormir (“mocós”), áreas de “caça” e pontos de apoio. Entre os últimos, inclui-se, neste caso, o aparato institucional de atendimento, tal como existe em Goiânia.

A presença dos meninos e meninas-de-rua nesse sistema de lugares ocorre, na maioria das vezes, sob a espécie do *bando*. Ninguém sai de casa para ficar na rua sozinho. E posto que o quisesse, o que não é provável, dado os inconvenientes práticos de uma tal decisão, não o poderia. Também sob este ponto de vista, o “roubo da caixa” é significativo, pois equivale à afirmação/constatação de que não se está diante de um vazio de poder. A existência da turma torna impossível qualquer veleidade de apropriação da rua de modo puramente individual.

Assim, a realização de qualquer uma das atividades inerentes ao cotidiano da rua, pressupõe a turma. Com efeito, esta não é apenas o quadro que torna possível a maior parte das atividades, mas, também, a instância capaz de admiti-las e legitimá-las na sua esfera de influência.

Quais são, no entanto, estas práticas e de que modo se articulam para dar à vida na rua a sua configuração própria e irreduzível, ou seja, a sua identidade? Como se combinam, nessas atividades, o aspecto instrumental e o aspecto expressivo? Que propósitos perseguem e segundo que temporalidade se dedicam à sua realização? O que, finalmente resulta da atualização dessa forma de vida, que possa justificar sua preferência na escolha dos meninos?

Em primeiro lugar, o cotidiano na rua impõe o “pedir”. Esse recurso está inscrito, seja na piedade cristã, seja, mais recentemente, no desconforto gerado por um fenômeno convencionalmente incluído na noção de “dívida social”. Apelar, com êxito para esse tipo de sentimento é, talvez, a primeira lição da arte de sobrevivência diária nas ruas. “Pedir” constitui, além do mais, uma forma sobremaneira econômica de obtenção de recursos. Pode ser exercida a qualquer momento; não se prende nem a tempos nem a lugares específicos; e, bem sucedida, pode resultar num ganho que, de outro modo, demandaria um empenho muito mais demorado. Na rua podem obter-se melhores refeições, roupas, calçados, cobertores, e mais dinheiro, do que em casa ou através do trabalho. Por isso vale a pena pedir, aprendendo a mobilizar, a aperfeiçoar os recursos histriônicos capazes de proporcionar o êxito da abordagem.

Depois de aprender a “pedir”, aprende-se a furtar e a roubar. Esse tipo de ação, entretanto, já demanda a colaboração de outros. Para conseguir “bater uma carteira”, arrebatando uma bolsa ou subtrair produtos de uma loja, é preciso agir em parceria com um ou mais colegas, que ajudam a distrair a atenção da vítima (“fazer pano”), a obstruir seus movimentos e a confundir os eventuais perseguidores, na hora de se dispersar e garantir o produto do furto. No caso do roubo com arrombamento, o concurso dos colegas é igualmente imprescindível, seja na concepção do empreendimento, seja na execução. Furtar e roubar pressupõe a turma ainda por outro motivo. Ambas são habilidades que envolvem técnica e saber. São habilidades que precisam ser aprendidas e treinadas. É na turma, porém, que se aprende, desde o andar na rua, até que, de quem, como e quando furtar e roubar.

O furto e o roubo definem um critério de classificação no universo dos meninos e meninas-de-rua. *Chorro*, é quem “bate carteira”, toma bolsa na corrida, surrupia a roupa dos varais (“fazer varal”) e furtar lojas. Quem arromba butiques, farmácias, padarias, lojas de ferragens, sapatarias, residências, lanchonetes e *trailers*, é *caxangueiro*. Os da *caxanga* tendem a menosprezar os do *chorro*. Criticam-nos porque suas vítimas são mulheres, velhos aposentados ou pequenos funcionários que, não só constituem oponentes fracos, como são, em geral, pessoas que pouco ou nada possuem. Roubar deles é fácil, incerto e, sob determinado ângulo, iníquo. Em contrapartida, os *caxangueiros* orgulham-se dos seus empreendimentos porque implicam planejamento e risco, e, quando bem sucedidos, um farto botim. Essa diferenciação, entretanto, não exclui o fato de existirem, em cada um dos campos, mestres e artistas do ofício, disputados com frequência pelos ‘maiores’, que exercem nas ruas suas práticas ilícitas.

A vida ativa das turmas contém, ainda, atividades que gratificam em outra dimensão, nem por isso menos valorizada. Todos os meninos e meninas-de-rua gostam de mencioná-la entre os seus passatempos favoritos: “andar para cima e para baixo”, em duplas ou bandos; “pegar rabeira” nos ônibus; “fazer bagunça”; passear; namorar; freqüentar festas ou até promove-las. Ou seja, “poder ir e vir, fazer o que se quer, a possibilidade inesgotável de construir cada dia de um jeito

diferente, a partir das condições que a rua oferece”.⁴ Tudo isso traz consigo um modo particular de apropriar-se do tempo e do espaço, sem as restrições que pesam sobre o cotidiano dos meninos submetidos ao grupo doméstico, e, através dele, à escola e ao trabalho. Na rua não se tem hora certa para fazer o que se quer, nem se é obrigado a fazer ou deixar de fazer, seja lá o que for. Viver na rua significa, pois, não ter pai, nem patrão. Por isso, além de se poder tomar, com o tempo e o espaço, uma liberdade inconcebível para o menino-de-casa, consegue-se alcançar uma antecipação considerável da capacidade de dispor sobre o próprio corpo, no que se refere às relações sexuais e ao consumo de drogas.

Da casa para a rua não muda, apenas, o ritmo da vida, isto é, a forma de apreensão do tempo e do espaço por intermédio das atividades – mudam também os valores. Liberdade no espaço, liberdade com o tempo, liberdade para o corpo – todas estas formas significam, em última análise, algo bem mais problemático, para o sistema social: a liberdade de quem não adere à convenção do mercado. : Na rua, para se ter o que se quer, basta tomar”.⁵ por isso é possível conseguir as coisas que a família não pode oferecer e que estão fora do alcance de quem “trampa legal” (isto é, quem trabalha regularmente). O projeto de consumo do grupo doméstico, nas camadas de baixa renda, se vê constantemente obrigado a diferir a fruição do que a sociedade urbana tem a capacidade de proporcionar. Na rua, pode-se “ter a cidade à sua disposição”⁶, desde que se esteja disposto a conquistá-la.

⁴ Cf. Fenelon, Gracia; Martins, Leila Chlub; *et alii* - Meninas de Rua: Um estudo da Identidade Social. Doc. Xerox (1986:68).

⁵ Cf. Fenelon, Gracia; Martins, Leila Chlub; *et alii* - Meninas de Rua: Um estudo da Identidade Social. Doc. Xerox (1986:70).

⁶ Cf. Fenelon, Gracia; Martins, Leila Chlub; *et alii* – Op. cit pág. 69.

Conquistar a cidade, porém, implica em repudiar a ética do trabalho para assumir a ética da aventura. Consiste, pois, em subverter a ordem que dá suporte ao estatuto do cidadão, com o fito de alcançar as metas de consumo que caracterizam uma existência cidadina. Para os meninos e meninas-de-rua, no entanto, esse projeto não está mediatizado pelo enquadramento familiar, escolar, laboral, e legal. Resulta, antes, de uma negação desses meios. Em seu lugar, propões o recurso sistemático aos empreendimentos da mendicância e da predação. O bando de meninos ou meninas-de-rua é nos termos de Elias Canetti,⁷ uma malta predatória, ou uma malta de caçadores. Esta não se distingue, apenas, pelo fato de “pedir”, furtar ou roubar, distingue-se, ainda, pela natureza dos objetos de consumo e cuja obtenção se dedica. Ao negar a produção em favor da pirataria, não se contenta com qualquer botim. Não se interessa, apenas, pelo que é útil. Ambiciona, ao contrário, as coisas não “falsificadas” – os tênis, bermudas, relógios, blusas, vestidos, calças, camisas e cosméticos legítimos. Não basta ser útil, tem de ser “da marca”. Com isso, se estabelece, com nitidez, uma pauta de consumo onde o valor simbólico ultrapassa qualquer consideração de ordem funcional. Além disso, a lógica que preside a esse tipo de economia surpreende pela sua adequação à própria ideologia da sociedade de consumo. As coisas não existem para ser acumuladas ou despendidas de forma regular, constante e parcimoniosa. Servem, ao contrário para ser obtidas e gastas de galope, e, quase sempre sem resíduo. Neste sentido, como em outros, vive-se na rua uma vida vertiginosa, marcada por violentas sístoles e diástoles; pela alternância muito rápida entre o ter e o não-ter, pela oscilação entre a falta e o excesso.

Viver dessa maneira exige, além da referida liberdade de espaço, tempo e ação, determinadas virtudes que estão capituladas no código de ética da turma. Entre elas, há três que se destacam. Quem faz parte de uma turma não deve *cagüetar*, não deve depender do outro e nunca deve dizer que algo é difícil. Isto significa que cada membro do grupo está obrigado, em primeiro lugar, ao silêncio

⁷ Masse und Macht. Frankfurt a. Main: Fischer Taschenbuch Verlag, 1987.

que protege os companheiros. Em segundo lugar, assume o compromisso de não constituir um peso para os demais. Esta regra, na sua vertente positiva, impõe, no entanto, a distribuição do produto da pilhagem, de acordo com uma certa hierarquia de lealdades. Em terceiro lugar, o integrante da turma subscreve um tabu verbal – não usar a expressão “é difícil”, como se, desse modo, se buscasse conjurar a dificuldade não falando dela. Com isso, se pretende manter, no ânimo de cada um de todos, a coragem e a ousadia, sem as quais essa nova forma de viver não seria viável. Daquele que reúne todas essas qualidades, pode-se dizer que é *tora*. Ser *tora* é o grande ideal da moralidade vigente nas turmas de meninos e meninas-de-rua. É uma qualidade que não pode ser alegada, pois é uma afirmação de excelência que só a turma tem o privilégio de atribuir.

A busca desse ideal, no entanto, imprime à vida da turma um caráter agônico, que decorre, igualmente, das suas estratégias peculiares de inserção no consumo urbano, bem como do exercício da liberdade que se lhe encontra, estreitamente, associado. Sobrevive na rua quem for capaz de “se virar”. A capacidade de “se virar” distingue os membros da turma uns dos outros, pondo-os dessa forma, em competição. A competição, por sua vez, envolve determinados princípios, que passam a reger o intercurso social no âmbito da turma. O primeiro deles, é o da soberania da vontade no agir. Sob esse aspecto o desempenho dos meninos e meninas na rua, não reconhece outro limite que não o estabelecido pelo próprio agente. Regra válida em quaisquer circunstâncias, mesmo quando a ação individual prenuncia ou configura riscos graves para a pessoa do agente.⁸

O código da rua, entretanto, se encarna e especifica, sobretudo, no chefe da turma, pois, é ele, em última análise, quem determina a exclusão ou inclusão nos seus quadros, e, através deles, no mundo da rua. Cada turma é conhecida como a turma do seu chefe.

O chefe não é o mais velho, o mais forte, o mais antigo na rua, ou o mais amigo, e sim o mais *tora* dentre todos. Os meninos novatos na vida-de-rua querem

⁸ Não se deve, entretanto, concluir apressadamente que, por isso, na rua prevaleça a solidão moral do individualismo moderno. Para afastar essa suspeita basta consultar o excelente estudo de Fenelon, Martins e outros (1986) sobre as meninas-de-rua de Goiânia.

ser chefes, pois concebem o ideal sem conhecer os seus custos. Os veteranos, porém, não se equivocam a respeito: quem pretende ser chefe não pode mais sair da rua, pois cabe a ele, pois, englobar o grupo de pares que reconhece a sua liderança, seja na ação, seja na implementação dos valores. Com relação a estes, preenche o papel de instância de recurso, constituindo-se num autêntico *foyer d'appell* do bando. Por isso, este o protege como se protegesse a si mesmo, valendo-se, em grau superlativo, da mentira, da dissimulação e dos demais recursos capazes de preservá-lo, inclusive a auto-acusação.

O grupo assim organizado, entretanto, conserva, para além de sua funcionalidade e valor utilitário, o ideal da experiência de fraternidade e camaradagem que reuniu os seus membros nos perigos e peripécias comuns da saída para o mundo da rua. Por isso, além de reconhecer e guardar um determinado código de valores, a turma é, ela mesma, o maior valor, pois "a proximidade de seus membros cria laços profundos o que provoca uma verdadeira sinergia das convicções de cada um", para usar as palavras de E. Renan.

Não é, pois, meramente ao constrangimento pelo terror, que se deve a lealdade à turma na pessoa do chefe. Esta lealdade dirige-se, também, à experiência fundadora que ela proporcionou e continua a proporcionar, nos momentos rituais, aos seus membros. E é daí que ela deriva, quanto ao essencial, o seu poder de sedução, o seu feitiço. Ou seja, a sua capacidade de "virar a cabeça" de quem chega, para se lhe incorporar.

Assim, se explica, igualmente, a freqüência dos casos em que um irmão (ou uma irmã), que foi para a rua, atrai os outros irmãos para a mesma vida. A turma precisa crescer e nada mais lógico que o faça explorando as linhas de menor resistência indicada pelos seus próprios membros. Em certos casos, essa forma de recrutamento pode chegar ao extremo, abrangendo a totalidade do grupo de *siblings*.

A volta ao lar, meta ideal de todo o esforço de recuperação dos meninos e meninas-de-rua, entretanto, envolve, nos seus dilemas, esse poder de sedução e essa lealdade dos quais a turma é foco. Na composição entre a turma e a família,

as situações resultam diferenciadas. Há meninos (ou meninas) que saem de casa para a rua e voltam. Há os que ficam indo e voltando. Há os que saem e pensam em voltar. E, por fim, há os que saem e nem pensam em voltar. Até mesmo os que retornam ao lar, entretanto, embora afirmando que a situação melhorou, não deixam de manifestar saudades.

Além de vertiginosa, a vida na rua é breve. Há ameaças por toda parte. Da polícia, pois não há turma sem delito, e a menoridade protege da pena, mas não da violência; dos maiores, sejam eles as vítimas ou os agenciadores da transgressão; e, ainda, dos próprios meninos-de-rua, em particular, da “outra turma”. Mais que tudo, vêm do ritmo que tem a vida na rua.

De resto, com exceção da violência e do abuso sexual, os meninos-de-rua admitem a “reciprocidade das ações”⁹ Sabem que na rua “tudo tem volta” e contam com isso como se conta com a fatalidade. Não alimentam ilusões a respeito, como tampouco se iludem quanto à reciprocidade de perspectivas.

Essa capacidade de relativizar a turma e a vida na rua vem acompanhada de uma forte consciência dos riscos envolvidos na opção de sair de casa. Por isso não deve surpreender que, em alguns casos, os menores de rua, ao invés de aliciarem os irmãos, queiram preservá-los na sua identidade de “meninos-de-casa”.

Diante disso, retornamos à questão inicial. O que provoca numa criança um estranhamento tal no seio da família, a ponto de fazê-la optar pela vida na rua? Que trajetórias levam meninos e meninas a se afastar da família para integrar-se à turma e à sua forma de vida, nas ruas e nas praças da cidade?

A respeito disso, crianças e adolescentes que vivem na rua, gostam de contar *sad stories*. Nelas torna-se, por vezes, difícil separar os fatos da fantasia. Isto se deve, talvez, à sua função no intercurso social com os diversos tipos de agentes da ordem estabelecida. As *sad stories* são concebidas com a finalidade de mobilizar a compaixão desses agentes, para os manobrar à conveniência.

⁹ Fenelon, Martins et alii, op. cit. Pág. 70.

Servem, no entanto, também, como uma espécie de mito etiológico, através do qual se trata de tornar plausível a própria escolha de viver na rua. A nenhuma delas, entretanto, se pode negar o caráter de ficção verossímil, e, como tais, não há porque excluí-las do *corpus* etnográfico, quando nele admitimos até as projeções de futuro.

Estas últimas, e aqui não encontramos discrepâncias significativas nos dados sobre os meninos trabalhadores, revelam, nos menores-de-rua, uma adesão generalizada ao parâmetro da família nuclear, nas suas linhas gerais.

Famílias são dispositivos institucionais, que tem a função de reduzir a complexidade do mundo. Para cumprir esse requisito, têm de implementar um conjunto de regras nítidas, internalizadas como valores e exteriorizadas como desempenhos paradigmáticos. O princípio sociológico, que garante o funcionamento de qualquer dispositivo de redução da complexidade do mundo, no entanto, é a confiança.¹⁰

A negação do pacto familiar, sob qualquer uma de suas formas, está sempre relacionada ao desempenho deficitário dos papéis, seja por excesso, seja pela falta, seja ainda, pela imprecisão que provocam os recobrimentos. Confiança sempre implica risco. Não além de certo limite, entretanto, pois, para poder confiar é preciso crer que se está confiando com bons motivos e, portanto, dentro de uma certa margem de segurança. Confiar significa estender informações provenientes do passado, arriscando uma determinação do futuro – “no ato de confiar, a complexidade do mundo futuro é reduzida.”¹¹

Não poder confiar significa, pois, um acréscimo insuportável de imprevisibilidade. A queda do potencial de confiança, faz cair, também, a capacidade de ação. E, no limite, reduz os atores à impotência. Istoé, segundo nos parece, o que sucede com a família, no caso dos meninos-de-rua, como podem indicar os baixos índices de confiabilidade, manifestados com relação à figura paterna e materna. Não somente as crianças confiam pouco nos pais,

¹⁰ Luhman, Niklas *Vertrauen – Ein Mechanismus der Reduktion Sozialer Komplexität*. Stuttgart: Enk, 1989 .

¹¹ Luhman, Niklas, 1989:20

senão que também estes revelam manifesta insegurança quanto ao mandato da família, e deles mesmos, no seio dela.

Ao desalento dos pais, corresponde, no entanto, a revolta dos filhos. O interessante é que todos concordam num ponto – foram traídos...pelo outro. Independente das razões invocadas, de lado a lado, o que se reconhece de modo implícito, em cada caso, é a existência de uma família que se reproduz biologicamente, mas não é capaz de reproduzir-se socialmente. Com isso, a sua valência, como campo de forças, alcança o pólo negativo. Os laços se afrouxam na razão direta do enfraquecimento da densidade moral. É nesse momento, que surgem as condições da busca, que leva os seus membros menores para a rua. Com freqüência, através do trabalho, especialmente daquele que se desenvolve nos espaços menos controláveis da esfera pública, propiciando a exposição do menino ou da menina, a esse outro campo de forças que é a turma.

Esta se apresenta, por sua vez, como mecanismo alternativo de redução da complexidade real do mundo. Assombra as famílias, disputando com elas a lealdade dos filhos, na medida em que contrapõe à impotência delas, a sua própria onipotência. Ou, ao menos, o sentimento, a confiança nela, reciclando positivamente, o ressentimento e a revolta originados pelo colapso do ninho.¹²

Rio de Janeiro, 12 de agosto de 2004.

Arno Vogel (Antropologia, Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil; arnovoar@uenf.br)

Marco Antonio da Silva Mello (Antropologia, Universidade Federal Fluminense e Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil; mello@ifcs.ufrj.br e mmellofr@hotmail.com)

¹² Cf. Shorter, Edward. *Making of the Modern Family*. N. York: Basic Books, 1975.